

## O “PROJETO QUIVA E LAIÁ”: HISTÓRIA INDÍGENA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Glauber Lima dos Anjos

Mestrando em Ensino de História pelo PROFHISTÓRIA / PUC-Rio

Bolsista Capes

[glauber.anjos@gmail.com](mailto:glauber.anjos@gmail.com)

Sou professor da rede pública no município de Itaguaí/RJ e sempre que possível lanço mão da história local nas minhas aulas a fim de tentar realizar a tão prescrita e desejada aproximação com a realidade dos alunos, visando ampliar o seu significado prático. Itaguaí é uma cidade que tem uma história intimamente ligada aos indígenas. Em seu território ficava a Aldeia de São Francisco Xavier de Itinga, pertencente aos padres jesuítas da Fazenda de Santa Cruz/RJ. Essa aldeia, após uma série de conflitos por terra, foi declarada extinta em 1834. Recentes pesquisas acadêmicas, no entanto, apontam para a permanência de indígenas na região mesmo após o fim da aldeia. (FERREIRA, 2016) Tal perspectiva se insere na preocupação elaborada por historiadores, visando superar aquilo que foi chamado de “crônica da extinção”. (MONTEIRO, 2001)

Nesse sentido, um problema a investigar seria como, nas aulas de História, os professores podem contribuir para a superação de um entendimento que torna os indígenas invisíveis na contemporaneidade, presos a um passado colonial e agentes passivos diante das tramas da História. Contribuir para revelar o que foi ocultado durante muito tempo pela História é cada vez mais o objetivo de muitos professores de História e de muitas pesquisas no campo do Ensino de História. É na esteira desse

processo, reforçado pela lei nº11645/2008<sup>1</sup>, que coloco a pesquisa que desenvolvo no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), tendo como referência pressupostos teóricos da Nova História Indígena<sup>2</sup>.

Já o objeto específico, eu idealizei após ver como a memória dos indígenas da região foi retratada em um evento oficial da Prefeitura de Itaguaí em comemoração aos 200 anos da cidade. Itaguaí foi, por meio de um decreto real de D. João VI, elevada à categoria de vila em 1818 e, por isso, durante todo o ano de 2018, uma vez por mês, uma praça pública da cidade recebeu o “projeto Ativação Cultural Itaguaí 200 anos”<sup>3</sup>. A proposta era levar a história da cidade para 10 pontos do município através de atividades culturais e artísticas. O primeiro evento aconteceu em 17 de março de 2018 na praça Vicente Cicarino, a praça principal da cidade, e teve como tema os “índios”.

Iniciar a série de eventos em comemoração aos 200 anos da cidade contando a história dos “índios”, poderia ser entendido como uma salutar preocupação em dar protagonismo a essa população tão importante para a formação da cidade, mas também poderia significar a reprodução de uma visão historiográfica ultrapassada que destinava aos indígenas um lugar na história restrito tão somente às origens, negando sua contemporaneidade. A conferir, fui até a praça. E o que vi me incomodou, pois, mesmo sem ter naquele momento o conhecimento que tenho hoje sobre a história da aldeia de Itaguaí, ficou claro o tratamento generalista e caricato dado aos indígenas supostamente homenageados. A fotografia abaixo foi retirada da página do evento no Facebook<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira e indígena.

<sup>2</sup> A Nova História Indígena é uma corrente historiográfica que tenta superar uma interpretação pautada na dominação e que reconhece, nos seus trabalhos, o protagonismo e o papel ativo do indígena na História.

<sup>3</sup> Ver: <https://www.facebook.com/ativacaoculturalitaguai200anos/> Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

<sup>4</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/ativacaoculturalitaguai200anos/photos/a.1010854795741300/1010857615741018/?type=3&theater> Acesso em: 17 de janeiro de 2019.



O incômodo que senti se transformou em inquietação e fiquei, desde então, pensando em como o ensino de história poderia contribuir para o questionamento da sub-representação dos indígenas na história e para a superação dessa imagem caricata sobre os indígenas. Este artigo visa pôr em diálogo essas questões da pesquisa que estou desenvolvendo no PROFHISTÓRIA com as contribuições da Didática da História.

### **O “Projeto Quiva e Laiá”**

No conto “O Espelho”, de Guimarães Rosa (2006), a personagem Rosa, em conversa com o autor, diz que, “quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo.” Assim foi a minha ida à praça Vicente Cicarino participar do evento dos 200 anos de Itaguaí. Embora tenha ficado decepcionado com a maneira pela qual os indígenas foram representados, foi lá que descobri, em um encarte feito pela produção do evento contando a história do município, a lenda de Quiva e Laiá: narrativa da tradição oral da cidade. Narrativa esta que até então, mesmo trabalhando há cinco anos naquela cidade, eu desconhecia.

A lenda de Quiva e Laiá, como toda narrativa da tradição oral, pode apresentar versões diferentes. No entanto, a estrutura se mantém a mesma. No caso da lenda de

Quiva e Laiá, as múltiplas versões irão contar a história de um casal de indígenas defendendo sua aldeia da ameaça de invasão pelos homens brancos.

Em uma das versões<sup>5</sup> (FREITAS E PINTO, 1957), conta-se que a chegada dos padres jesuítas à região de Itaguaí fez organizar em torno da igreja de São Francisco Xavier, no atual centro da cidade, a sede da aldeia dos Itingas. Na escolha do chefe da tribo e de sua companheira, venceram Quiva, “o índio mais forte e audaz” e Laiá, “a índia mais bela e jovem”. Quiva e Laiá participaram da cerimônia de batismo de suas terras pelos padres e, em seguida, “ausentaram-se da tribo por onze sóis e onze luas, percorrendo as terras que lhes haviam sido doadas”. Ao retornarem, receberam a notícia de que homens brancos estavam tentando invadir a aldeia para tomar as suas terras. Quiva reúne seus guerreiros e lutam por dois dias, expulsando os homens brancos de volta para a Fazenda Santa Cruz. Nesse momento, chega a notícia de que Laiá tinha sido envenenada. Então o pajé falou que, para salvá-la, um índio teria de se sacrificar, bebendo o sangue envenenado de Laiá e dando o seu sangue para ela. E foi Quiva quem se dispôs a isso. “O seu sangue generoso jorra no cuité. Tonto, presentindo a morte, ajoelha-se e ele mesmo leva o cuité aos lábios de Laiá. Depois tenta falar, mas cambaleia, lança pela última vez seu grito de guerra e tomba morto ao solo. E assim morre o herói.” Quando Laiá se reestabelece e vê seu amado morto, ela cobre o cadáver de Quiva com papoulas brancas e, entristecida, se despede da tribo e se embrenha na mata. “Todos querem detê-la, mas o pajé intervém dizendo: ‘Deixem que Laiá cumpra o seu destino. Quando estas flores se tornarem da cor da flor do maracujá, Laiá morrerá’”. No dia seguinte, a tribo recebe a notícia da morte de Laiá. Nesse momento, o pajé anuncia uma profecia: “morto Quiva, morta Laiá. Não mais existirá a tribo dos Itingas. Brancos maus a invadirão, destroçarão tudo, matarão todos os índios. Só daqui a muitos sóis e muitas luas será cantada a história da tribo dos Itingas”. Atemorizados com essa

---

<sup>5</sup> Versão presente no livro “As Mirongas de Umbanda”, de Byron Torres de Freitas e Tancredo da Silva Pinto. Trata-se de uma obra da literatura espiritualista com edição de 1957. Segundo consta no livro, “esta obra foi aprovada e adotada oficialmente pela Confederação Espírita Umbandista.” Até o atual estágio da pesquisa que desenvolvo, ainda não foi possível identificar a natureza da relação da lenda de Quiva e Laiá com as práticas de umbanda.

profecia os índios se dispersaram pela mata. Nesse momento, foi adotado pela família Souto Mayor Rendon um índio de 10 anos de idade. Esse índio recebeu o nome de José Pires Tavares. Quando ele completa trinta anos de idade, recebe autorização para reunir a sua tribo que ainda estava dispersa. A Aldeia prospera, mas novamente recebe a ameaça do pessoal da Fazenda Santa Cruz. José Pires Tavares “atravessou São Paulo a pé, chegou à Bahia e de lá embarcou rumo a Portugal. Recebido no Paço Real, conseguiu da rainha D. Maria I uma carta de proteção aos índios da Aldeia de Itinga, em Itaguaí. Na ausência de José Pires Tavares, cumprira-se a profecia do pajé.” Homens da Fazenda Santa Cruz invadiram a aldeia, atacaram os índios de surpresa e mataram a todos, jogando os corpos na praia de Mangaratiba. “E assim foi extinta a tribo dos Itingas”.

Essa narrativa, conhecida na cidade de Itaguaí como a lenda de Quiva e Laiá, motivou o desenvolvimento de um projeto pedagógico que é, justamente, o objeto da pesquisa que desenvolvo no PROFHISTÓRIA. Assim, entendendo projeto pedagógico como uma modalidade de organização do trabalho pedagógico que “prevê um produto final cujo planejamento tem objetivos claros, dimensionamento do tempo, divisão de tarefas e, por fim, a avaliação final em função do que se pretendia”(NERY, 2007, p. 109), foi construído o “Projeto Quiva e Laiá”.

O “Projeto Quiva e Laiá” partiu de uma atividade que propus aos meus alunos do Colégio Estadual Professor Ney Cidade Palmeiro e da Escola Estadual Municipalizada Chaperó<sup>6</sup> de entrevistar pessoas mais velhas do seu círculo social contando essa lenda que, até então, eu julgava ainda ser bem conhecida na cidade. A atividade consistia em gravar um vídeo com o celular, registrando a pessoa contando a lenda de Quiva e Laiá para que depois pudéssemos assisti-lo em aula e, assim, comparar as diversas versões. Contrariando a minha hipótese inicial, a maioria dos alunos, a princípio, não conseguiu realizar essa atividade porque seus pais, tios, avós ou vizinhos não conheciam ou não conseguiram narrar a lenda.

---

<sup>6</sup> A escolha por essas escolas se deu pelo fato de serem as escolas onde eu leciono e por ambas estarem localizadas na cidade de Itaguaí/RJ, onde a lenda de Quiva e Laiá nasceu e ainda vive.

No entanto, mesmo diante da dificuldade de encontrar alguém próximo que fosse capaz de lembrar e narrar a lenda de Quiva e Laiá a partir das suas memórias, os alunos buscaram uma solução criativa para resolver esse impasse e conseguir realizar a atividade proposta. Alguns entrevistaram professores da escola, duas alunas entrevistaram uma funcionária da biblioteca municipal e outros leram a lenda para seus pais e pediram que eles a contassem a partir de uma versão que está transcrita em uma página do Facebook<sup>7</sup>, retirada do livro “História de Paracambi<sup>8</sup> 1800 – 1987”, de Clélia Ramos Nogueira Natal e Gilson Natal (1987?).

Nessa versão, assim como na que eu apresentei acima, várias referências a personagens e fatos históricos estão na lenda entrelaçadas a elementos simbólicos e fantásticos. Estão presentes, por exemplo, na mesma narrativa, o padre Manoel da Nóbrega, a rainha D. Maria I, o fim da Aldeia Itaguaí e a descrição de como Quiva salvou Laiá bebendo seu sangue envenenado. Sendo assim, passei a investigar junto com os alunos esses entrelaçamentos.

As outras atividades desenvolvidas com os alunos no “Projeto Quiva e Laiá” foram ligadas à educação patrimonial. A educação patrimonial pode ajudar a lenda a continuar viva na cidade. Isso seria uma forma de intervir na realidade, conectando o passado ao presente. Assim, embora a lenda de Quiva e Laiá narre o extermínio da aldeia dos Itingas, trabalhá-la com os alunos a partir de uma discussão sobre Patrimônio foi uma forma de evitar que o “Projeto Quiva e Laiá” corroborasse com a lógica de que os indígenas estão mortos e, portanto, pertencem somente ao passado. Além disso, entender o porquê da lenda de Quiva e Laiá poder ser considerada Patrimônio Cultural da cidade de Itaguaí pode contribuir para a publicização de uma história que dá aos indígenas um raro protagonismo.

Encerrando as atividades do projeto, em consonância com a definição de Alfredina Nery (2007) de que o projeto pedagógico, diferentemente das outras

---

<sup>7</sup> Ver em: [https://web.facebook.com/memoriasdeitaguai/posts/195971107211119?\\_rdc=1&\\_rd](https://web.facebook.com/memoriasdeitaguai/posts/195971107211119?_rdc=1&_rd) Acesso em: 29 de agosto de 2018.

<sup>8</sup> O município de Paracambi/RJ foi distrito de Itaguaí até o ano da sua emancipação em 1960.

modalidades organizativas do trabalho pedagógico<sup>9</sup>, tem como característica fundamental a elaboração de um produto final, foi desenvolvido um minidocumentário<sup>10</sup> a partir de materiais em vídeo gravados pelos alunos e por mim. Como já mencionado, os alunos gravaram com seus aparelhos celulares pessoas mais velhas contando a lenda de Quiva e Laiá. Enquanto que eu, também através de um aparelho celular, gravei os alunos em diferentes etapas do desenvolvimento do projeto a fim de fazer uma avaliação processual deles.

O roteiro e a edição também foram desenvolvidos por mim. No roteiro, procurei acompanhar as etapas do “Projeto Quiva e Laiá” de modo a possibilitar a todos aqueles que assistirem ao vídeo o entendimento dos estágios que nortearam o processo da pesquisa. Na edição, os cortes privilegiaram o material gravado por mim entrevistando os alunos. Essa opção se deu em função do entendimento de que as narrativas apresentadas pelos alunos nestes vídeos revelariam a consciência histórica mobilizada por eles. Assim, o minidocumentário produzido como produto final do “Projeto Quiva e Laiá” seria a principal fonte de investigação da aprendizagem que a realização desse projeto teria proporcionado aos alunos.

A pesquisa que desenvolvo no PROFHISTÓRIA tem como enfoque, portanto, o exame das estratégias de ensino desenvolvidas no “Projeto Quiva e Laiá”, bem como a avaliação dos resultados obtidos nessa prática pedagógica a nível de aprendizagem em História. Para isso, foi fundamental o instrumental teórico proveniente da Didática da História.

Em consonância com os objetivos propostos, principalmente o de apresentar novos lugares de representação dos indígenas na História, será investigado, à luz das contribuições teóricas de Jörn Rüsen, como o “Projeto Quiva e Laiá” poderia ter contribuído para a ampliação da consciência histórica dos alunos no que diz respeito à

---

<sup>9</sup> De acordo com Lerner (2002), as modalidades organizativas são: as atividades permanentes, as sequências didáticas e os projetos didáticos.

<sup>10</sup> Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=b1h9fOkm4N0&t=4s>

história indígena. A pesquisa que desenvolvo se propõe a analisar as estratégias de ensino e as etapas de aprendizagem que teriam levados os alunos a compreenderem que os indígenas não são “pessoas bobas que ficam de tanga na floresta.”<sup>11</sup>

### **Quiva e Laiá e as contribuições teóricas de Rüsen**

A classificação da narrativa de Quiva e Laiá como lenda aparece em algumas fontes<sup>12</sup> analisadas nesta pesquisa. Segundo o dicionário Michaelis<sup>13</sup>, lenda pode ter o significado de “relato oral ou escrito de acontecimentos, reais ou fictícios, aos quais a imaginação popular acrescenta uma boa dose de novos elementos (tradição popular)”. Essa definição, na qual as lendas são entendidas como narrativas orais que estão entre a fantasia e a realidade, nos ajuda a reconhecer o porquê da narrativa de Quiva e Laiá ter sido classificada como lenda pelas fontes. No entanto, esta pesquisa não visa demarcar a diferenciação do que é real do que é imaginário para ratificar uma visão cientificista da história, pois entende que:

A tradição oral e a pesquisa acadêmica podem ter ideias diferentes acerca do que seja uma evidência legítima, e suas explicações certamente são estruturadas de forma diferente. Não se pode compará-las facilmente ou avaliar sua precisão ou veracidade necessariamente em termos positivistas. (CRUIKSHANK, p.155, 2006)

Por isso, não utilizarei a ideia de lenda como um conceito norteador de análise da narrativa de Quiva e Laiá, embora a expressão “lenda de Quiva e Laiá” tenha sido amplamente utilizada nesta pesquisa. Para os fins deste trabalho, acredito que caiba melhor inserir essa narrativa no campo da tradição oral, pois concordo que:

Quando se vasculha as narrativas de outras pessoas em busca de “fatos” corre-se o sério risco de não entender seus significados. As tradições orais

---

<sup>11</sup> Fala do aluno Daniel, presente no minidocumentário produzido pelo “Projeto Quiva e Laiá.

<sup>12</sup> Me refiro aqui à versão da lenda de Quiva e Laiá narrada por Freitas e Pinto (1969) e à fala da bibliotecária, presente no minidocumentário produzido pelo “Projeto Quiva e Laiá”.

<sup>13</sup> Ver em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/lenda/> Acesso em: 08 de novembro de 2018.



não podem ser guardadas com a ideia de determinar seus significados retrospectivamente; seus significados emergem do modo pelo qual são usados na prática. (CRUIKSHANK, p. 157, 2006)

Desse modo, por procurar compreender o significado da lenda de Quiva e Laiá por aquilo que apareceu nas aulas, nos sentidos práticos que foram construídos pelos alunos ao longo do “Projeto Quiva e Laiá”, essa narrativa será entendida como parte da tradição oral de Itaguaí.

No entanto, Quiva e Laiá já tiveram estátuas em frente à prefeitura da cidade, deram nomes de rua e de bairro do município de Itaguaí, foram enredo da Escola de Samba Unidos da Tijuca, foram personagens de peças de teatro, de espetáculo de contação de histórias e sua história está escrita em livros. Assim, levar todas essas expressões para sala de aula significou perceber que a lenda de Quiva e Laiá, para além da tradição oral, é parte da cultura histórica de Itaguaí.

Entendendo o conceito de cultura histórica como uma forma de compreender melhor “as maneiras pelas quais certas sociedades relacionam-se com o passado” (LIMA, 2014, p.55), o uso desse conceito poderia ajudar a pesquisa que desenvolvo a ver como a sociedade de Itaguaí mobilizou a lenda de Quiva e Laiá para dar sentido à presença indígena na história da cidade. Segundo Ângela de Castro Gomes (2007), o conceito de cultura histórica oferece, ainda, algumas potencialidades significativamente importantes:

Nossa hipótese é que tal conceito nos possibilita entender melhor o que especificamente os homens consideram seu passado e que lugar (espaço e valor) lhe destinam em determinado momento. Nesse sentido, ele permite e mesmo exige a análise de um conjunto de iniciativas que abarca não só o conhecimento histórico em sentido mais estrito – quem são os historiadores, quais são as obras que, reconhecidamente, “narram” a história nacional e quais são seus eventos e personagens fundamentais – como o ultrapassa, abrangendo outras formas de expressão cultural que têm como referência o “passado”, como a literatura e o folclore, por exemplo. (p.46)

Jörn Rüsen (2009) defende que, entre a cultura histórica e a consciência histórica há apenas um “pequeno passo”. A cultura histórica seria “a articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade”. Sendo assim, é importante analisar o que esse autor entende como “consciência histórica”. Rüsen, assim com outros autores ligados à *New Geschichtsdidaktik*<sup>14</sup>, sustenta que a consciência histórica é uma condição inerente ao ser humano, que não está restrita a indivíduos supostamente preparados para a reflexão histórica. Segundo Rüsen (2001):

consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. (p.78)

Em resumo, a consciência histórica é definida como a “suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.” (RÜSEN, 2001, p.57) Portanto, a partir dessas reflexões, podemos afirmar que todo ser-humano pensa historicamente, sem depender do acesso ao conhecimento histórico produzido pelos historiadores e professores de história. Por isso, a fronteira entre os conceitos de cultura histórica e consciência histórica é minimizada por Rüsen. E outras narrativas para além daquelas produzidas pelos especialistas em história, como a lenda de Quiva e Laiá, podem, perfeitamente, ser mobilizadoras do pensar e agir histórico.

O conceito de consciência histórica pode, portanto, nos ajudar a ver como os alunos, a partir da análise da lenda de Quiva e Laiá, passaram a interpretar o papel dos indígenas não apenas no passado, mas também no presente. Podemos indagar: os conflitos de terra narrados pela lenda podem produzir uma reflexão atual sobre as

---

<sup>14</sup> A *New Geschichtsdidaktik* é um campo desenvolvido por historiadores alemães da década de 1970 que procurou ampliar o sentido de didática da história a partir de uma aproximação com a teoria da história. Ver: Cardoso, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. Revista Brasileira de História, v.28, n.55, p.153-170, 2008.

disputas pelas terras indígenas? O protagonismo de Quiva e Laiá retratado na lenda dão ensejo ao reconhecimento da importância política das lideranças indígenas contemporâneas? Acredito que o sentido de orientação para a vida prática trazido pelo conceito de consciência histórica pode ajudar minha pesquisa a enxergar as respostas a esses questionamentos.

Para analisar essa consciência histórica que teria sido mobilizada pelos alunos a partir da lenda de Quiva e Laiá, a pesquisa segue as reflexões de Jörn Rüsen ao avaliar os alunos através das narrativas produzidas por eles no minidocumentário já citado acima. Para Jörn Rüsen (2010), a narrativa histórica dá concretude à consciência histórica. Ela é “o processo de constituição de sentido da experiência do tempo.” Assim, a partir da análise das narrativas feitas pelos alunos, podemos não só fazer um diagnóstico da aprendizagem, mas também compreender as operações mentais que definem a consciência histórica deles.

Além disso, uma outra contribuição dada por Rüsen para minha pesquisa, a partir da análise desse autor sobre as narrativas históricas, foi a possibilidade de justificarmos teoricamente a lenda de Quiva e Laiá enquanto uma narrativa histórica. Rompendo com um “argumento tradicional” que, diferenciando as narrativas factuais das ficcionais, defendia que apenas aquelas narrativas assentadas em fatos seriam próprias da História, Rüsen apresenta a seguinte problematização:

O argumento tradicional seria a diferenciação entre as narrativas factuais e ficcionais. A narrativa histórica é geralmente definida por tratar apenas dos fatos e não das ficções. Essa diferenciação é muito problemática e, em última instância, é pouco convincente porque o mais importante sentido da história está para além da distinção entre ficção e fato. Na verdade, é absolutamente enganoso – e isso surge por meio de um bom acordo com o oculto e suprimido positivismo – chamar de ficção tudo o que na historiografia não for um fato no sentido dos dados concretos. (RÜSEN, 2010, p.96)

Para Rüsen (2010), a peculiaridade<sup>15</sup> das narrativas históricas se dá, portanto, não por elas estarem assentadas em fatos, mas na “função geral de orientar a vida prática no tempo, mobilizando a memória da experiência temporal, por meio de um conceito de continuidade e pela estabilização da identidade”. (p.98)

A lenda de Quiva e Laiá, enquanto uma narrativa ligada à memória sobre a origem da cidade de Itaguaí é perfeitamente apta para articular passado, presente e futuro por meio da categoria de continuidade. A experiência da luta dos indígenas no contexto do fim da aldeia dos Itingas é capaz, não só, de dar relevância à luta atual dos indígenas pela posse das suas terras, como também pode influenciar a configuração do futuro dos povos indígenas do Brasil através do estabelecimento de uma empatia entre aqueles que ouvem a lenda e os povos indígenas que lutam pela demarcação de suas terras e pelo reconhecimento de suas identidades.

### **Considerações Finais**

Em um trecho do minidocumentário produzido pelo “Projeto Quiva e Laiá”, a aluna Milleny, em resposta ao questionamento feito por mim, perguntando como a lenda de Quiva e Laiá pôde fazer com que ela entendesse melhor a história de Itaguaí, respondeu o seguinte:

- Ah, porque, tipo... quando...eu nem sabia que existia índios em Itaguaí, que eles eram os primeiros que chegaram aqui. E saber que ele fez parte da história. E que, na verdade, a gente que tomou a terra deles, o lugar deles. Foi muito interessante. Por que eu não sabia nada. Não sabia que eles tinham cultura, não sabia que eles tinham, nada. Hoje em dia a gente sabe, que eles têm raça, que eles são diferentes de cada um dos... Eu acho que foi muito legal, saber da participação deles, da história de Quiva e Laiá. De Quiva e Laia aqui em Itaguaí.

---

<sup>15</sup> Em diálogo com Hayden White, Rüsen exalta o esforço do historiador americano em destacar a natureza linguística do trabalho histórico. No entanto, discorda da proposta de Hayden White por entender que a relação que ele estabelece entre a historiografia e a literatura não reconhece a especificidade da narrativa histórica.

Dessa fala, podemos reconhecer o quanto o trabalho desenvolvido no “Projeto Quiva e Laiá” modificou a percepção dela não só com relação aos indígenas do passado da história de Itaguaí, evidenciada quando ela diz que não sabia sequer que os índios foram “os primeiros que chegaram aqui”, mas também com relação aos povos indígenas no presente. Isso fica claro no trecho em que ela diz que “hoje em dia a gente sabe, que eles têm raça, que eles são diferentes de cada um...” É claro que identificamos que possa ter havido uma confusão conceitual, quando ela usou, na sua narrativa, raça no lugar de etnia. No entanto, como se trata de uma aluna do nono ano do ensino fundamental, não considero essa questão um grande problema. Importante, no meu entendimento, é ver como a aluna conseguiu ampliar sua consciência história no sentido de não mais enxergar os indígenas como um bloco homogêneo. Milleny, que, antes do trabalho com a lenda de Quiva e Laiá, “não sabia que eles tinham cultura”, demonstrou, através da sua narrativa, que aprendeu a reconhecer a diversidade dos povos indígenas e que não existe o que Freire (2000) chamou de “índio genérico.” Acredito que esse seja o sentido histórico prático defendido por Rüsen e desejado pela minha pesquisa no PROFHISTÓRIA de ser desenvolvido com os alunos.

Este artigo se propôs a apresentar um primeiro diagnóstico dos sentidos práticos que teriam sido elaborados pelos alunos a partir da aprendizagem resultante do “Projeto Quiva e Laiá”. Assentado nas contribuições de Rüsen (2010), defendendo que as narrativas históricas dão concretude à consciência histórica, minha pesquisa de mestrado, através das narrativas presentes no minidocumentário que foi produto final desse projeto pedagógico, buscará compreender como o “Projeto Quiva e Laiá” foi capaz de mobilizar a consciência histórica dos alunos. Ou seja, assim como foi feito acima neste artigo, a partir da fala da aluna Milleny, também as falas dos outros estudantes que participaram dessa experiência pedagógica no ano passado serão analisadas na futura dissertação de modo a poder ser feita uma avaliação de aprendizagem que seja capaz de revelar como o “Projeto Quiva e Laiá” teria contribuído para ampliar e qualificar a compreensão desses estudantes acerca da história

indígena e de como isso foi entendido por eles como relevante para as suas vidas e para o tempo presente.

### **Referências Bibliográficas**

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, v.28, n.55, p.153-170, 2008.

FERREIRA, Ana Cláudia de Souza. **Caminhos, mudanças, alianças e resistências indígenas: identidade e territorialidade dos índios na Aldeia de Itaguaí – século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2016.

FREIRE, Jose Ribamar Bessa. Cinco idéias equivocadas sobre o índio. In **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)**. Nº 01 – Setembro, 2000.

FREITAS, Byron Torres de; PINTO, Tancredo da Silva. **As Mirongas de Umbanda**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1957.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leitura do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2007.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola. O real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIMA, Maria. Consciência Histórica e Educação Histórica: Diferentes noções, muitos caminhos. In: MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice (et all) (orgs.). **Ensino de História – usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupi, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre Docência. São Paulo: IFCH, Unicamp, 2001.

NATAL, Clélia R. N.; NATAL, Gilson. **História de Paracambi 1800 a 1987**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, [1987?].

NERY, Alfredina. **Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade**. Brasília: MEC/SEB, 2007.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2006.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001

\_\_\_\_\_. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. 1994. Trad. de F. Sánchez e Ib Schumacher. Versão espanhola inédita do texto original em alemão publicado em FÜSSMANN. H. T. Grütter y RÜSEN, J. (eds.). **Historische Faszination. Geschichtskultur heute**. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, 2009, p.3-26. Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf). Acesso em: 20 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Narrativa Histórica: Fundamentos, Tipos e Razão. SCHMIDT, M.A.; BARCA, I.; MARTINS, E.R. (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, pp. 93-108.